O Estado Projetista no Século XXI: De Ignácio Rangel a Elias Jabbour frente à desindustrialização latino-americana.

Déborah Mayra Silva Gonçalves Cordeiro[1]

RESUMO

O presente artigo analisa a paralisia do planejamento estatal na América Latina frente à desindustrialização e à dominância financeira. O objetivo é sistematizar as contribuições de Ignácio Rangel e Elias Jabbour para a reconstrução da teoria do planejamento, avaliando a "Nova Economia do Projetamento" (NEP) como via de superação da dependência. Metodologicamente, realiza-se uma revisão bibliográfica sistemática das teses rangelianas (dualidade básica e macroeconomia do projeto) e de sua atualização por Jabbour, triangulando a teoria com dados de complexidade econômica de Harvard. Argumenta-se que a NEP, ao subordinar as finanças a um projeto de longo prazo e incorporar novas tecnologias (Big Data e IA), consolida-se como uma categoria universal que transcende a experiência chinesa. Conclui-se que a aplicação do projetamento na periferia exige mais que modernização técnica e demanda uma ruptura política com o modelo primário-exportador, permitindo que o Estado retome a coordenação soberana do desenvolvimento

Palavras-chave: Nova Economia do Projetamento; Ignácio Rangel; Dualidade Básica. Desindustrialização; Planejamento Estatal.

ABSTRACT

This article analyzes the paralysis of state planning in Latin America in the face of deindustrialization and financial dominance. The objective is to systematize the contributions of Ignácio Rangel and Elias Jabbour to the reconstruction of planning theory, evaluating the "New Economy of Projectment" (NEP) as a pathway to overcome dependency. Methodologically, a systematic literature review of Rangel's theses (basic duality and the macroeconomics of the project) and their update by Jabbour is conducted, triangulating the theory with economic complexity data from Harvard. It is argued that the NEP, by subordinating finance to a long-term project and incorporating new technologies (Big Data and AI), consolidates itself as a universal category that transcends the Chinese experience. It is concluded that the application of projectment in the periphery requires more than technical modernization; it demands a political rupture with the primary-export model, allowing the State to resume the sovereign coordination of development.

Keywords: New Economy of Projectment; Ignácio Rangel; Basic Duality; Deindustrialization; State Planning.

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico latino-americano nas últimas décadas tem sido marcado por uma profunda desarticulação da capacidade estatal de projetamento e coordenação econômica. Sob o respaldo da dominância financeira, as estratégias de desenvolvimento soberano foram substituídas por uma inserção externa passiva e primarizada na região (de Medeiros, 2016). Diante da crise das

[1] Graduanda em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: deborahmsgc@gmail.com.

interpretações convencionais e do esgotamento do desenvolvimentismo clássico, torna-se imperativo o resgate de categorias do pensamento crítico brasileiro que ofereçam saídas para a armadilha do subdesenvolvimento no século XXI.

Nesse sentido, este artigo propõe uma revisão bibliográfica centrada na trajetória teórica que parte da obra de Ignácio Rangel, especificamente suas teses sobre a 'dualidade básica' e a 'economia do projetamento', até a sua reinterpretação contemporânea por Elias Jabbour. Sustenta-se que a formulação da Nova Economia do Projetamento (NEP) não constitui apenas uma chave interpretativa para a dinâmica chinesa, mas representa a materialização técnica das intuições rangelianas sobre o socialismo como a 'macroeconomia do projeto'.

A relevância desta revisão reside na necessidade de compreender o projetamento para além de uma categoria geográfica restrita ao Oriente e como uma ferramenta ontológica de superação da anarquia do mercado na periferia. Ao conectar a técnica rangeliana às novas forças produtivas tecnológicas (Big Data, IA e 5G) e ao controle estatal sobre o sistema financeiro, busca-se fundamentar uma alternativa teórica ao impasse da dependência tecnológica e financeira que paralisou o desenvolvimento na América Latina.

A pergunta central que orienta esta pesquisa é: de que maneira o resgate das categorias rangelianas pela 'Nova Economia do Projetamento' oferece subsídios teóricos para a superação da crise do planejamento desenvolvimentista na América Latina contemporânea? A hipótese central é que o subdesenvolvimento latino-americano atual não decorre da obsolescência do planejamento, mas da desarticulação da 'capacidade de projetamento' do Estado. Sustenta-se que a síntese entre a dualidade básica rangeliana e as novas forças produtivas tecnológicas incorporadas por Jabbour constitui a base da discussão para um novo ciclo de desenvolvimento soberano, capaz de reintegrar o setor público e o privado sob uma lógica de interesse nacional.

Para isso, o objetivo geral é sistematizar as contribuições de Ignácio Rangel e Elias Jabbour para a reconstrução da teoria do planejamento na América Latina, enfatizando o papel do Estado como indutor da técnica e do investimento. Já os objetivos específicos são: (I) resgatar o conceito de 'Economia do Projetamento' em Rangel como a superação da dicotomia entre plano e mercado na periferia, (II) identificar as condições necessárias para que a 'Nova Economia do Projetamento' seja aplicada ao contexto latino-americano, com foco na soberania financeira e no controle do crédito, e (III) propor elementos para uma agenda de planejamento contemporânea que utilize a tecnologia (Big Data/IA) como ferramenta de gestão pública, inspirada no sucesso da estratégia de projetamento em economias de formação complexa.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, possuindo natureza aplicada e objetivos de caráter exploratório e descritivo. O procedimento técnico adotado constitui-se de uma revisão bibliográfica sistemática.

O percurso metodológico baseou-se no levantamento, seleção e análise de obras clássicas do pensamento econômico brasileiro, com centralidade nos constructos teóricos de Ignácio Rangel, promovendo sua articulação dialética com a literatura contemporânea referente à Nova Economia do Projetamento (NEP), com destaque para a produção teórica de Elias Jabbour.

Adicionalmente, para consubstanciar a análise acerca da restrição externa latino-americana, o referencial teórico foi triangulado com o tratamento de dados secundários. Esses dados foram extraídos de bases internacionais especializadas na mensuração da complexidade produtiva e da vulnerabilidade econômica, a saber, o Atlas of Economic Complexity (Harvard Growth Lab) e o Atlas de Vulnerabilidade, permitindo ancorar o debate categorial em evidências empíricas recentes.

3 ONTOLOGIA RANGELIANA

A tese da "dualidade básica" é um pilar do pensamento rangeliano para explicar a formação socioeconômica brasileira. Rangel (1957) argumentava que o Brasil (e por extensão, outras economias periféricas) não possuía uma estrutura capitalista homogênea, mas sim "estruturas sobrepostas": uma coexistência e interpenetração de modos de produção e relações sociais pré-capitalistas (feudais, mercantis simples) com o capitalismo avançado. Essa dualidade não era estática, mas dinâmica, evoluindo e se transformando, muitas vezes de forma súbita e violenta, em resposta a ciclos econômicos de Kondratiev[2]. O autor via a superestrutura política como um reflexo dessa infraestrutura "dual", o que significa que o Estado espelha as contradições e tensões inerentes a essa coexistência, tendo como exemplo a industrialização do Brasil, que ocorreu sem uma prévia remodelação das relações de produção na agricultura, resultando em uma profunda crise agrária com a modernização capitalista do campo, onde latifúndios arcaicos coexistem com unidades pré-capitalistas e capitalistas propriamente ditas.

Essa realidade dual não se expressa por mera justaposição, mas por uma "unidade dialética, unidade de contrários". O desenvolvimento ocorre "apesar e contra o entendimento da esquerda", com rupturas que se davam de forma oblíqua e gradual, o que levou à construção da teoria da dualidade básica (Rangel, 1963).

---

[2] Os ciclos econômicos de Kondratiev são movimentos econômicos de longo prazo, de caráter mundial, que duram aproximadamente meio século cada. Concebidos por Nikolai Kondratiev, esses ciclos são caracterizados por fases ascendentes e descendentes, e as transformações sistêmicas na economia frequentemente ocorrem durante suas fases declinantes. A economia mundial e as economias nacionais, incluindo as socialistas, estão sujeitas a essas flutuações de longo prazo (Rangel, 1955)

A existência de ciclos econômicos, como os de Kondratiev e Juglar, torna o planejamento imprescindível para antecipar e coordenar as políticas econômicas. O objetivo é viabilizar a acumulação capitalista como um caminho ao socialismo, superando a dualidade e direcionando o desenvolvimento das forças produtivas.

O conflito a ser mediado pelo planejamento, nesse contexto, surge da própria heterogeneidade estrutural. As diferentes lógicas de acumulação e organização social geram desequilíbrios, desproporções e tensões. O planejamento se apresenta para além do ajuste técnico, mas como uma ferramenta para "construir uma visão brasileira do processo da economia", enfrentando a "desigualdade patrocinada pelo imperialismo" e as contradições internas.

O Estado brasileiro, refletindo a dualidade básica da economia e da sociedade, não poderia apenas ser um policy maker, mas também um planejador e, dadas as circunstâncias, um empreendedor. Em suma, o planejamento deve ser a resposta histórica e racional para harmonizar as estruturas sobrepostas e direcionar o desenvolvimento, considerando tanto as especificidades locais quanto os desafios globais (Jabbour et al., 2020).

Em conjunto, há uma distinção crucial entre "plano" e "projeto". Enquanto o "plano" pode ser percebido como algo mais estático, uma lista de metas ou uma previsão, o "projetamento" é concebido como um processo dinâmico e técnico, uma lógica de projetamento contínua. De modo a não se limitar a um cálculo econômico refinado, passa exigir uma profunda elaboração teórica para formular adequadamente os problemas e as soluções (Rangel, 1980)

O projetamento vai além do curto-prazismo keynesiano e do individualismo metodológico, buscando uma visão de totalidade concreta que se alimenta de problemas e soluções enfrentadas por aproximações sucessivas. É uma resposta histórica ao empirismo do empresário privado e à ditadura do consumidor, buscando substituir as forças do mercado por uma lógica de utilidade e produção consciente (Jabbour et al., 2020).

Nessa visão, o Estado emerge como o "grande projetista". Sua função não é meramente regulatória, mas ativa e estratégica, antecipando as necessidades do capital e do trabalho para impulsionar o desenvolvimento. Isso significa identificar os pontos de estrangulamento e as capacidades ociosas na economia, atuando nas linhas de menor resistência ao desenvolvimento das forças produtivas (Rangel, 1980). Por exemplo, se em um dado momento da industrialização foi necessário estatizar serviços de utilidade pública, essa posição poderia ser modificada de acordo com as necessidades criadas pela dialética da capacidade ociosa. O Estado, através do projetamento, deveria conduzir a intervenção mais eficaz e sistemática na economia, predispondo o país ao planejamento de aspectos estratégicos do sistema e gradativamente enfraquecendo o império inconteste do ciclo econômico.

Nesse sentido, a Macroeconomia do Projeto implica uma profunda integração e redefinição dos papéis entre o setor público e o setor priv ado. A crise econômica brasileira é vista como tendo dimensões internacional (ciclo de Kondratiev) e interna (ciclo industrial), e sua superação exigiria a abertura de novas áreas de investimento e uma modificação nos papéis do Estado e do setor privado (Rangel, 1959).

Rangel (1980) argumentava que, a matriz interindustrial brasileira estava praticamente completa, com os setores de base já implantados e com capacidade ociosa. Os principais estrangulamentos se localizavam na infraestrutura, sob controle do setor público. O desafio, então, era mobilizar os setores com poupança potencial (iniciativa privada) para investir onde estavam as oportunidades (setores estatais de infraestrutura). Para isso, foram propostas duas soluções:

1. Os investimentos em infraestrutura seriam feitos pelo Estado e financiados pela transferência dos lucros gerados pela ocupação da capacidade ociosa do setor industrial. Essa transferência poderia ocorrer por via financeira (impostos, empréstimos) ou por via direta (reinvestimento em setores estratégicos), ou,
2. diante da inviabilidade do primeiro modelo por razões políticas e econômicas, a realização de uma "privatização virtuosa" dos serviços de utilidade pública, com novas regras jurídicas para a concessão. Isso permitiria a participação do capital privado na expansão da infraestrutura, mas sob a orientação e o planejamento estratégico do Estado.

A lógica por trás dessa integração era que os projetos microeconômicos se somam para formar os fatos macroeconômicos, determinando a oferta e a demanda globais, a produtividade nacional e o emprego. O Estado, como grande projetista, tinha a responsabilidade de coordenar esses investimentos para superar os pontos de estrangulamento e as capacidades ociosas, ou seja, as barreiras infraestruturais e tecnológicas que impediam o avanço das forças produtivas (Rangel, 1956).

Em síntese, essas elaborações oferecem uma estrutura analítica para compreender a complexidade econômica brasileira, propondo o projetamento estatal como um instrumento dinâmico para mediar os conflitos da dualidade básica e integrar os esforços públicos e privados na busca por um desenvolvimento nacional autônomo e sustentável. Essa realidade dual não se expressa por justaposição, mas sim por uma "unidade dialética, unidade de contrários".

4. A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

A "Nova Economia do Projetamento" (NEP) surge como uma atualização crítica e necessária da "Economia do Projetamento" concebida Rangel, visando explicar as complexas dinâmicas econômicas contemporâneas, particularmente o fenômeno chinês (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020). A essência da proposta original de Rangel, que explorava a possibilidade de uma

economia transcender a produção de valores regulados pelo mercado para um sistema guiado pela utilidade e produção consciente de valores de uso, permanece central. Contudo, a NEP enriquece este conceito com novas determinações e critérios de validação, tornando-o capaz de abranger a magnitude e as especificidades do processo em curso na China (Jabbour et al, 2020).

A adaptação para a Nova Economia do Projetamento é uma resposta direta à inadequação das noções econômicas tradicionais, como o "equilíbrio geral" (considerado anticientífico e a-histórico), e a compreensão cíclica do Princípio da Demanda Efetiva para explicar o desenvolvimento chinês.. A NEP aprofunda a visão de que o projetamento é a superação do individualismo metodológico e do curto-prazismo keynesiano, percebendo-se como uma unidade de conteúdo antitético e uma alternativa objetiva à dinâmica financeirizada do capitalismo glo Ela propõe uma nova interpretação do desenvolvimento econômico fundamentada no materialismo histórico de Marx e Engels, incorporando o vasto acervo teórico da heterodoxia econômica, e reconhecendo que a própria ciência econômica evolui e se transforma com o modo de produção (Jabbour et al, 2020).

Um dos pilares da reatualização da Economia do Projetamento para a NEP é a inserção de novos paradigmas produtivos e tecnológicos no arcabouço rangeliano. Jabbour; Dantas e Espíndola (2020) demonstram como as "novas e superiores formas de planificação" na China são intrinsecamente ligadas à internalização e máxima utilização de tecnologias contemporâneas, como o "Big Data", Inteligência Artificial (IA) e o 5G. A NEP reconhece o papel destas tecnologias não apenas como ferramentas de produção, mas como instrumentos essenciais para a planificação estatal em larga escala, permitindo uma gestão mais racional e eficiente do processo produtivo e da sociedade. A utilização desses aparatos tecnológicos avançados confere ao Estado chinês uma capacidade sem precedentes de maximizar sua ação sobre o território e de direcionar o desenvolvimento econômico de forma estratégica.

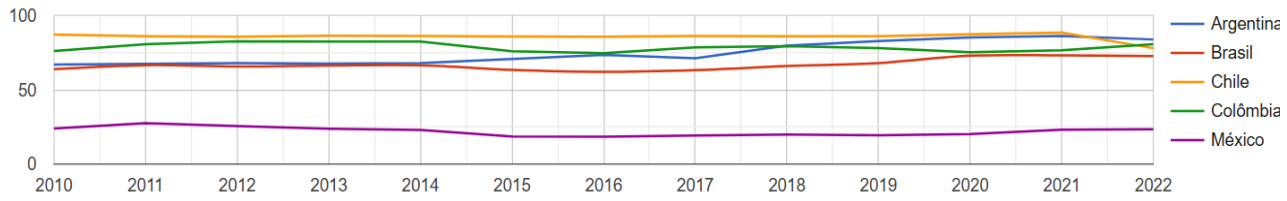
A tese central é de que o projetamento só é plenamente realizável com a subordinação das finanças a um projeto de desenvolvimento de longo prazo, ao invés da sua lógica especulativa e de curto prazo. Isso se manifesta na China através do papel proativo e proeminente do Estado nos núcleos produtivo e financeiro do país. A planificação econômica superior na China inclui a instituição de mecanismos de controle de fluxos de capitais externos e a transformação da taxa de câmbio em um bem público, planificado e estatal. O Estado torna-se um "empreendedor-em-chefe", induzindo mecanismos de coordenação e socialização do investimento (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

O sistema financeiro estatal, com seus bancos públicos de grande porte, desempenha um papel crucial, não buscando maximizar lucros imediatos, mas sim financiar projetos estratégicos que visam o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. A NEP pressupõe a soberania

monetária, onde o Estado tem o controle sobre sua moeda e pode utilizá-la para financiar seus projetos sem as restrições impostas pelos mercados financeiros internacionais. Essa estrutura permite a "planificação da destruição criativa", a superação da incerteza keynesiana e a construção racional de grandes bens públicos, algo distintamente diferente do "keynesianismo militarizado" ou das dinâmicas financeirizadas do capitalismo global. A financeirização é vista como um obstáculo a ser superado, e a NEP se posiciona como uma antítese ao neoliberalismo e uma alternativa à dominação da grande finança (Jabbour et al, 2020).

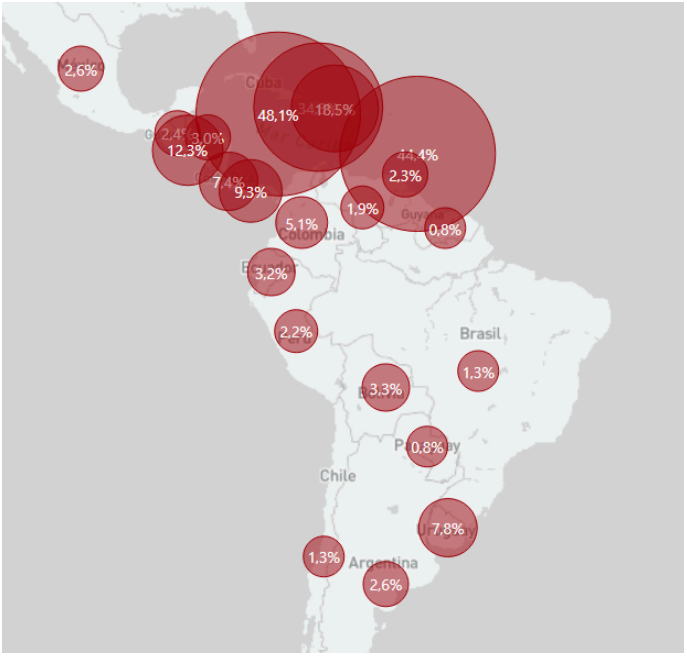
A tendência global de financeirização impacta de forma especial em países em desenvolvimento, vulnerabilizando suas economias às flutuações globais de câmbio e especulações financeiras. A primarização econômica, fruto desse processo, reserva a essas economias a dependência de fatores externos e difuculta a elaboração de um projetamento pelos Estados. O processo neoliberal restringe a atuação do Estado dentro de sua própria economia, utilizando os mercados financeiros internacionais para tal. Pode-se observar a América Latina a partir dessa ótica ao analisar a Figua 1 e 2:

FIGURA 1 - Índice de dependência da exportação de commodities (2010-2022)



Fonte: Atlas de Vulnerabilidade (2024).

FIGURA 2 - Mapa da dependência da exportação de commodities (2022)



Fonte: Atlas de Vulnerabilidade (2024).

Ambas figuras demonstram a vulnerabilidade dessas economias frente a dependencia da exportação de commodities, tornando-as reféns do mercado financeiro internacional e as variações globais. A formação de preços das commodities, negociada em mercados externos, fortifica a atuação de forças externas dentro da economia interna desses países, tornando-os vulneráveis e aumentando o nível de incerteza.

Embora a China seja o principal campo de observação e experimentação da Nova Economia do Projetamento, a teoria a concebe como um "laboratório" e não como um "limite geográfico" (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020). A NEP se manifesta na China como um estágio superior do socialismo de mercado e como uma "Nova Formação Econômico-Social" resultante das reformas econômicas iniciadas em 1978. A capacidade do Partido Comunista Chinês de implementar mudanças institucionais contínuas e de garantir a "socialização e coordenação do investimento" é um fator chave.

No entanto, a NEP defende que as regularidades observadas na China, como o papel do Estado, a primazia da razão na gestão econômica e a prioridade da humanidade sobre o lucro empresarial, possuem caráter universal. A teoria não está limitada à geografia chinesa, mas representa uma categoria mais ampla de modo de produção e gestão. Ela sugere que o fenômeno chinês aponta para possibilidades de desenvolvimento que podem ser aplicadas e adaptadas em outras nações, incluindo o Brasil, na medida em que oferece uma alternativa à hegemonia neoliberal e à financeirização (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020). A NEP é percebida como parte de um experimento mais amplo na construção do socialismo, capaz de aprender com a história e de propor um desenvolvimento histórico com rigor dialético, convidando à reflexão sobre a negação e a superação de ordens existentes, mas também sobre a herança dos pontos mais altos do ordenamento político e social. Assim, a China é um exemplo de como a NEP pode se materializar, mas a teoria em si transcende suas fronteiras geográficas (Jabbour et al, 2020).

5. PROJETAMENTO NA AMÉRICA LATINA

Através do exposto, a Nova Economia do Projetamento emerge como uma resposta às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, marcado pela financeirização, agressividade imperialista e a necessidade de novas formas de planificação. Para a América Latina, tais dinâmicas ressoam profundamente com os desafios impostos pela dependência tecnológica e a restrição externa. A China, ao longo de seu processo de reformas, se tornou um exemplo de como é possível confrontar a dependência tecnológica em relação a potências como os EUA, elevando sua capacidade de projetar programas internos de forma autônoma (Jabbour et al, 2020).

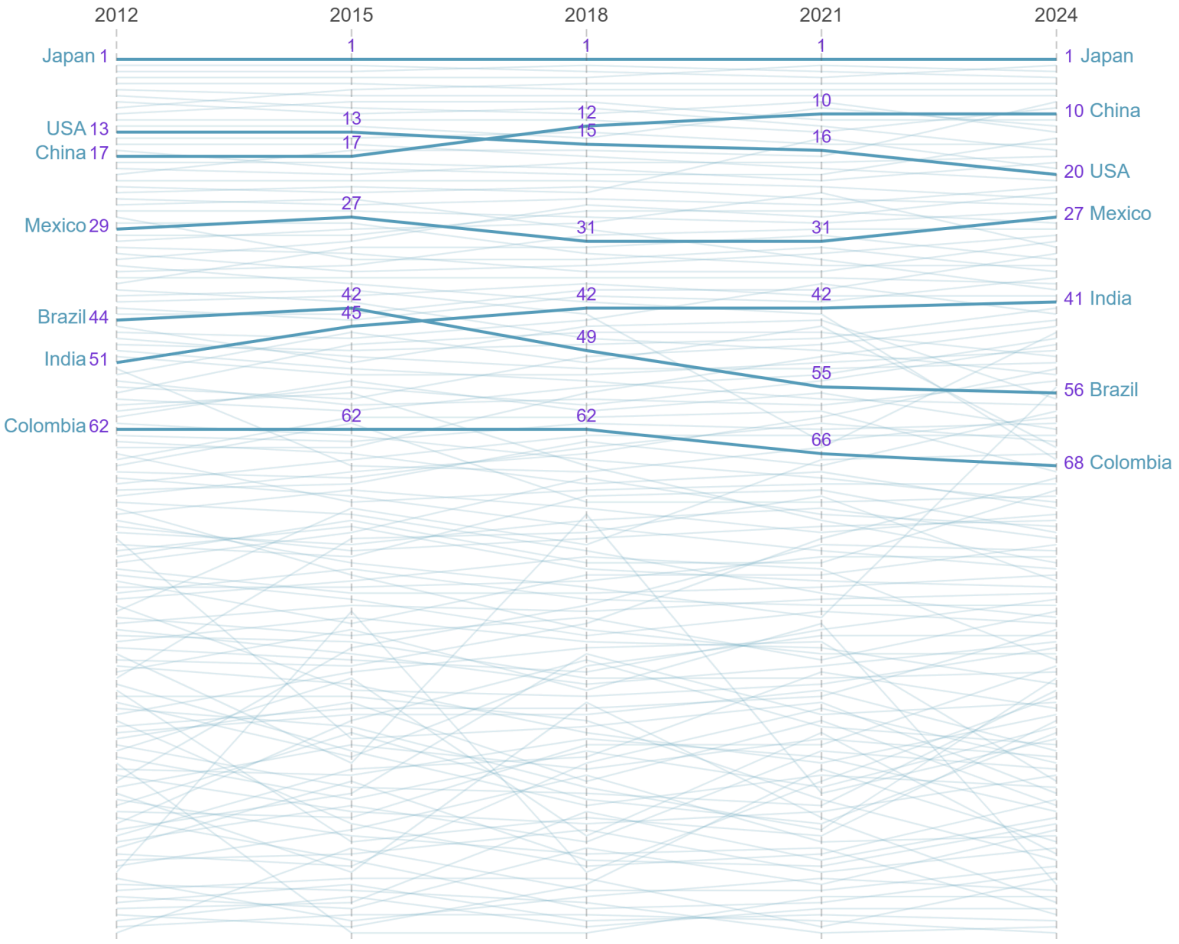
A transposição da Nova Economia do Projetamento para o cenário latino-americano, e especificamente o brasileiro, exige o reconhecimento de que o projetamento não opera no vácuo

institucional. Enquanto a experiência chinesa se baseia em um núcleo estatal robusto que subordina a lógica financeira, a realidade periférica enfrenta a "dominância financeira" que paralisou a capacidade de investimento de longo prazo. No entanto, o pensamento rangeliano sugere que o impasse da desindustrialização brasileira pode ser enfrentado através da identificação das capacidades ociosas e dos estrangulamentos infraestruturais.

A América Latina, frequentemente presa em ciclos de dependência de commodities e limitada em sua capacidade produtiva e inovadora, tem potencial de encontrar na NEP um caminho para superar essas amarras. O planejamento sob essas óticas não se limita a soluções técnicas de curto prazo, mas busca reverter tendências históricas inerentes à divisão social do trabalho, combatendo a desigualdade e a dependência. A priorização da produção de valores de uso em detrimento de valores de troca, orientada para o bem social e a utilidade dos bens produzidos, e a intensa presença do Estado no direcionamento da produção, poderiam mitigar os efeitos da restrição externa, ao reduzir a vulnerabilidade a mercados voláteis e promover uma base produtiva mais robusta e autossuficiente (Jabbour et al, 2020).

A materialidade dessa divergência estrutural e os custos do abandono do planejamento podem ser observados através do Índice de Complexidade Econômica (ECI). O indicador revela que, enquanto nações que adotaram a subordinação das finanças ao desenvolvimento tecnológico e produtivo, com destaque para a ascensão contínua da China, conseguiram sofisticar sua matriz, economias latino-americanas trilharam o caminho inverso. No caso do Brasil, a ausência de um Estado coordenador e a submissão aos ciclos de commodities resultaram em uma perda crônica de densidade industrial. A Figura 3 ilustra graficamente esse contraste na última década, evidenciando o abismo entre a reestruturação produtiva soberana e o aprofundamento da vulnerabilidade primário-exportadora.

FIGURA 3 - Ranking de complexidade econômica dos países (2012-2024)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (Harvard Growth Lab, 2024).

O projetamento contemporâneo, conforme a NEP, é uma ferramenta essencial para a reindustrialização em bases soberanas na América Latina. A ideia de "planejar a transformação da realidade" (Jabbour, 2012) e de elevar a "capacidade de projetar grandes programas internos de forma autônoma" (Jabbour et al, 2020) é central. A NEP busca superar a incerteza keynesiana através da intervenção estatal, que não apenas cria estabilidade econômica, mas também direciona o desenvolvimento para o bem-estar social. Essa capacidade de centralizar e mitigar a incerteza econômica é crucial para projetos de reindustrialização de longo prazo, que exigem investimentos maciços e coordenação complexa.

Para a América Latina, o modelo chinês implica a necessidade de identificar setores-chave para impulsionar o investimento, fortalecer a competitividade global e abordar as disparidades regionais, adaptando as políticas de desenvolvimento às realidades locais. A soberania, neste contexto, não se traduz apenas em controle político, mas na capacidade de uma nação de definir e executar seu próprio projeto de desenvolvimento econômico e tecnológico, livre de imposições externas e com foco no bem-estar de sua população. O planejamento soberano permite alocar recursos e investimentos de modo planejado, considerando não apenas resultados econômicos, mas

também o impacto social e ambiental das políticas, garantindo um desenvolvimento contínuo e sustentável (Jabbour, 2012).

Na teoria o Estado transcende a visão de um mero "gastador" ou corretor de falhas de mercado. Em vez disso, é concebido como um "Estado Coordenador" do progresso técnico e um "empreendedor-em-chefe". Jabbour, Dantas e Espíndola (2020) ressaltam o papel do Estado na indução de mecanismos de coordenação e socialização do investimento, e a transformação do Estado em um ator que assume deliberadamente riscos para criar novos mercados.

Na China, o empoderamento do setor estatal da economia e a elevação da capacidade do Estado em planificar em níveis superiores levaram a uma reversão da tendência de aumento da desigualdade. O "projetamento" implica a elevação do papel da razão sobre o processo de produção, transformando a demanda efetiva em uma "regularidade sob forma de uma economia de prontidão". Isso significa que o Estado atua de forma proativa para garantir não só o emprego, mas a criação de grandes bens públicos e a sustentação de programas de desenvolvimento em larga escala. Para a América Latina, isso sugere um Estado capaz de mobilizar recursos, coordenar investimentos estratégicos em ciência, tecnologia e infraestrutura, e promover um ambiente onde a inovação e o desenvolvimento técnico sejam prioritários, desvinculados da lógica exclusiva do lucro empresarial e orientados para as necessidades da humanidade (Jabbour et al, 2020). O planejamento deixa de ser um "exercício de diletantismo" sem financiamento e torna-se um instrumento poderoso para a transformação da realidade e a construção de uma economia que priorize o progresso técnico e o bem-estar social (Jabbour, 2012).

Contudo, a transposição da NEP para a realidade latino-americana exige uma leitura crítica da economia política do Estado periférico (Jabbour et al, 2020). Ao contrário da experiência chinesa, onde o Estado subordina os interesses privados ao planejamento estratégico, na América Latina o aparelho estatal encontra-se historicamente permeado pelos interesses de uma burguesia associada e rentista. Para esta fração de classe, a inserção primário-exportadora e a dominância financeira não são vistas como falhas, mas sim como o modo de acumulação principal. Portanto, a retomada da 'capacidade de projetamento' rangeliana não se reduz a uma escolha técnica ou à adoção de novas tecnologias de gestão, mas sim de um enfrentamento político estrutural. Além disso, impõe-se um desafio dialético: o mesmo sucesso do projetamento chinês que serve de laboratório teórico atua, materialmente, como um vetor de atração gravitacional para as commodities latino-americanas na divisão internacional do trabalho. Romper com essa armadilha exige que o Estado recupere sua autonomia relativa para direcionar o excedente não para a especulação, mas para a reestruturação produtiva soberana.

Em suma, a Nova Economia do Projetamento oferece um referencial valioso e crítico para a América Latina. Ao resgatar a importância do planejamento estatal proativo e soberano, e ao

conceber o Estado como um indutor fundamental do progresso técnico e social, rompendo a estrutura atual, é possível vislumbrar um caminho para superar a dependência tecnológica e a restrição externa, impulsionando uma reindustrialização que seja ao mesmo tempo robusta, justa e autônoma.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo partiu do cenário de profunda desarticulação da capacidade estatal de projetamento e coordenação econômica na América Latina, marcada pela dominância financeira e uma inserção externa passiva e primarizada. Diante do esgotamento do desenvolvimentismo clássico, propõe-se o resgate do pensamento crítico brasileiro, em particular as teses de Ignácio Rangel sobre a "dualidade básica" e a "economia do projetamento", atualizadas por Elias Jabbour na "Nova Economia do Projetamento" (NEP), como um caminho para superar a armadilha do subdesenvolvimento no século XXI.

A revisão bibliográfica demonstrou a relevância do conceito rangeliano de "projetamento" como um processo dinâmico e técnico, distinto do mero "plano", em que o Estado assume o papel de grande projetista para mediar os conflitos da heterogeneidade estrutural da dualidade básica (coexistência de modos de produção pré-capitalistas e avançados). Nesse sentido, o planejamento é visto como essencial para harmonizar as estruturas sobrepostas, direcionar o desenvolvimento e integrar os setores público e privado, superando estrangulamentos e capacidades ociosas, inclusive através de modelos como a "privatização virtuosa" de serviços de utilidade pública.

A Nova Economia do Projetamento (NEP) enriquece essa visão, aplicando-a para explicar a dinâmica chinesa. A NEP representa a materialização técnica das intuições rangelianas, incorporando as novas forças produtivas tecnológicas (Big Data, IA, 5G) como instrumentos essenciais para a planificação estatal em larga escala. Em seu centro, há a subordinação das finanças a um projeto de desenvolvimento de longo prazo, com o Estado atuando como "empreendedor-em-chefe" e utilizando um sistema financeiro estatal para coordenar e socializar o investimento, chamada "planificação da destruição criativa", que permite blindar a economia das flutuações e da expropriação financeira global, superando a incerteza keynesiana e a lógica especulativa da financeirização.

Ao transpor a NEP para o contexto latino-americano, ressalta-se o contraste entre a crescente complexidade econômica de nações que subordinaram as finanças ao desenvolvimento produtivo, como a China, e a perda crônica de densidade industrial da América Latina, evidenciada pela dependência de commodities e pela vulnerabilidade a mercados voláteis. Conclui-se que o projetamento contemporâneo é uma ferramenta indispensável para a reindustrialização soberana na região, exigindo um "Estado Coordenador" que transcenda a visão de mero corretor de falhas de

mercado, assumindo riscos e direcionando o progresso técnico e o investimento para o bem-estar social.

Contudo, a aplicação da NEP na América Latina demanda uma leitura crítica da economia política do Estado periférico. Ao contrário da experiência chinesa, o aparelho estatal latino-americano é historicamente permeado por interesses de uma burguesia associada e rentista, para quem a inserção primário-exportadora e a dominância financeira são modos de acumulação. Portanto, a retomada da "capacidade de projetamento" rangeliana não é uma mera escolha técnica, mas exige um enfrentamento político estrutural para que o Estado recupere sua autonomia relativa e direcione o excedente para a reestruturação produtiva soberana, rompendo com a atração gravitacional das commodities na divisão internacional do trabalho.

Em suma, o resgate do projetamento rangeliano à luz da Nova Economia do Projetamento oferece um referencial teórico e técnico crucial para a América Latina. A reconstrução da capacidade estatal de projetamento, aliada ao controle soberano sobre as finanças, ao uso estratégico das novas tecnologias e à priorização do progresso técnico e do bem-estar social, surge como alternativa política e técnica para romper com a dependência estrutural, superar a dinâmica financeirizada do capitalismo global e construir um caminho de desenvolvimento autônomo e sustentável para a região.

REFERÊNCIAS

ATLAS DE VULNERABILIDADE. Disponível em: https://vulnerabilityatlas.org/mapa?lang=pt&ind=ES-TE-01. Acesso em: 20 mar. 2026.

DE MEDEIROS, P. V. M.. Do estruturalismo ao neoestruturalismo: síntese da trajetória histórica do pensamento cepalino. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2016.

HARVARD GROWTH LAB. **The Atlas of Economic Complexity:** Rankings. Cambridge: Harvard Kennedy School. Disponível em: https://atlas.hks.harvard.edu/rankings. Acesso em: 20 mar. 2026.

JABBOUR, E. **China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado.** 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois; EDUEPB, 2012.

_____. et al. A (Nova) economia do projetamento: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020.

_____.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C. J. Considerações iniciais sobre a "Nova Economia do Projetamento". **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 19-38, 2020.

_____.; DANTAS, A.; VADELL, J. Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.

RANGEL, I. A inflação brasileira. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1963].

_____. Desenvolvimento e projeto. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1956].

_____. Dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, I. **Obras reunida**s. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1957].

_____. Economia: milagre e antimilagre. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1985].

_____. Elementos de economia do projetamento. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1959].

_____. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1955].

_____. O desenvolvimento econômico no Brasil. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1954].

_____. Recursos ociosos e política econômica. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. [1960-1980].